

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica Class.: Ticuna 501

Data: 28/03/93 Pg.: _____

Cinco anos do massacre Ticuna

Hoje o massacre aos índios Ticuna, ocorrido no igarapé Capacele, município de Benjamin Constant, completa cinco anos lembra J. Rosh, assessor de imprensa do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Uma data que eles recordam com tristeza e o temor de novas tragédias pois a tensão reinante na região do Alto Solimões e a impunidade dos assassinos parecem longe de levar tranquilidade às comunidades indígenas e não-indígenas", afirma.

"Ao longo desses cinco anos, o processo instaurado na Justiça para punir os responsáveis passou de mão em mão, de um juiz para outro, sem ter definição. Sobre o desaforamento do processo — transferência do julgamento do Fórum de Benjamin Constant para a Comarca de Manaus — também não existe definição. Para os índios, este seria o caminho para que se faça justiça uma vez que naquela região há um clima de hostilidade em relação a eles, fa-

vorecendo a pressão pela liberdade dos implicados na chacina", diz o assessor.

Rocha lembra, atambém, que amanhã terá início em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, o julgamento do fazendeiro Líbero Monteiro de Lima, mandante do assassinato de Marçal Tupã-y. Marçal foi assassinado em 1983. Ele havia se destacado na luta em defesa das terras dos Guarani, povo ao qual pertencia, e foi o portavoza dos povos indígenas do Brasil no encontro que teve com o Papa João Paulo II, quando este visitou o País pela primeira vez.

O processo envolvendo os assassinos e mandante de Marçal se arrasta por 10 anos. Vários acontecimentos "estranhos" marcaram as etapas do processo, como os que são relatados pelas entidades que integram o "Forum Marçal".

O chefe da Casa Civil do governo do Mato Grosso do Sul, Plínio Soares da Rocha, expediu nota oficial acusando a esposa de Marçal de ser a mandante do assassinato, por ciúmes, e o índio João Bugre de ser o executor. Mais tarde, estas acusações da nota oficial do Governo foram comprovadas como mentirosas.

No ano passado, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) levantou a ocorrência de 24 assassinatos de índios, sendo 17 na Amazônia Legal. Pelo menos 20 tentativas de homicídio foram registradas, além de 21 ameaças de morte.

Na lista de violência são computados ainda sete 7 casos de estupro, 24 suicídios, cinco detenções ilegais e 10 agressões físicas, além de mortes por causa de doenças (malária, 87; sarampo, 64; cólera, 14).

"O saldo é drâmático para os índios e vergonhoso para o Brasil, especialmente quando se realiza o Ano Internacional dos Povos Indígenas e se encerra o prazo determinado pela Constituição para a demarcação de todas as terras — sem o quê os conflitos continuarão a fazer mais e mais vítimas", conclui Roshja.